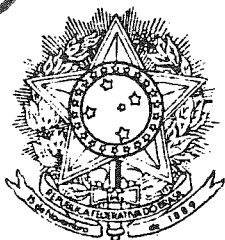




P  
R Proc Ger Rep  
n. 7 / ex. 1  
1994



# REVISTA DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

EDITORA **RT**  
REVISTA DOS TRIBUNAIS

## A REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS\*

MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS

1. Introdução — 2. Alterações nos procedimentos especiais — 3. Modificações no procedimento da ação de consignação em pagamento — 4. Mudanças no procedimento da ação de usucapião comum — 5. Aplicação das inovações ao procedimento da ação de usucapião especial — 6. Conclusão.

### 1. Introdução

As alterações introduzidas no Código de Processo Civil pelas Leis 8.950, 8.951, 8.952 e 8.953, todas de 13 de dezembro de 1994, correspondem a mais uma etapa do processo de *aggiornamento* do ordenamento processual civil brasileiro, no sentido da sua instrumentalização para a obtenção de resultados justos e mais amplamente acessíveis.

Trata-se não propriamente de uma reforma, porém de mais um passo num movimento de reforma em curso, que traz o processo de suas matrizes tradicionais *individualistas* para um padrão mais *coletivo*; de uma concepção *burocrática* para uma que busca *operacionalizar a própria eficácia*; de um modelo *descompromissado* com as injunções metajurídicas para uma alternativa *comprometida* com a finalidade de fazer justiça.

Dissemo-lo há alguns anos, em dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo:

“É utopia imaginar o processo como motor das transformações sociais. Porém, não mais pode ter ele aquela concepção neutral, técnica, de antanho. Deve estar aberto aos influxos sociais, consciente das *ideologias* que o envolvem e das influências de toda ordem, que sofre.

Há que inserir-se no seu tempo e no seu espaço, ser não apenas um processo, mas — com perdão de Ortega Y Gasset pela paráfrase — “um processo e suas circunstâncias”, para cumprir bem seu papel de realização dos valores da Justiça e da paz social.

Como explica Rainer Sprung, o processo atento ao seu *background* sócio-político-econômico, tem de atender às exigências de simplicidade, rapidez e baixo custo, sem comprometer a qualidade de suas decisões, nem falhar na missão de atender aos componentes sociais da chamada “luta pela justiça”, a fim de ser, efetivamente, uma instituição de bem público.

.....  
A procura por novas formas de tutela jurídico-processuais, capazes de atender a todos esses anseios, tem caracterizado a evolução do Direito Processual em nosso tempo. Mas não há soluções prontas; quando muito, é possível identificar tendências: à publicização do processo, que deixa de ser algo pertencente às partes, para ser expressão da Justiça social; à oralidade, à informalização e à

\* Palestra proferida no Seminário “Reforma do CPC”, promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, em maio/95, em Natal-RN.

livre valoração das provas no processo; à socialização do processo, de modo a permitir o acesso à Justiça ao maior número de pessoas, à revisão de conceitos rígidos e ultrapassados; à politização do processo, como instrumento quer de controle do poder, quer de melhoramento social e atingimento de fins do Estado, entre tantas outras” (*Legitimação Ativa em Mandado de Segurança Coletivo*, PUC/SP, São Paulo, 1992, pp. 50-52).

As leis de dezembro último, portanto, continuam o trabalho de atualização pontual que tem caracterizado a revisão do nosso Direito Processual nos últimos anos, de que são exemplo, também, as Leis 8.898, de 29 de junho de 1994, que renovou as regras atinentes à liquidação de sentença; 8.718, de 14 de outubro de 1993, que alterou o art. 294 do CPC, permitindo o aditamento do pedido antes da citação do réu; 8.710, de 24 de setembro de 1993, que modernizou os procedimentos de citação, universalizando, no processo civil, a citação postal, que já era a regra no foro trabalhista; 8.637, de 31 de março de 1993, que alterou o art. 132 do Código, moderando o princípio da identidade física do juiz etc.

Todas elas — e outras, que ainda as seguirão, posto que já tramitam no Congresso Nacional — complementam o grande trabalho de adequação do Direito Processual positivo a esses novos tempos de que falamos, resultado do trabalho de abnegados juristas, que para tanto já constituíram diversas comissões de estudos, cujos grandes marcos normativos, no entanto, foram, em ordem cronológica, a Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347, de 24.7.85, com modificações posteriores), a Constituição da República de 5.10.88 (especialmente os dispositivos instituidores do mandado de segurança coletivo, da proteção aos direitos coletivos e difusos e da nova feição do Ministério Público), o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 11.9.90 e modificações ulteriores), para não falar dos dispositivos pro-

cessuais encartados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, arts. 208 e ss.), que constituem o que se pode chamar *sistema positivo de tutela de massa*.

É curioso, porém, que as leis de dezembro, ao mexerem diretamente com o Código de Processo Civil (cerca de 10% de seus dispositivos foram alterados) pareceram ter tido mais repercussão, nos meios jurídicos, do que todas essas inovações que já vinham em curso. Aí, o grosso dos operadores do Direito — advogados, promotores, juízes e mesmo estudantes — finalmente pareceram “acordar” para o tema da reforma no processo, o que é ótimo, pois favorece oportunidades, como a deste seminário, para que se trate desse tema, despertando novos estudos e novos questionamentos, com a conseqüente melhoria geral da aplicação da legislação.

Espera-se, agora, que ao lado de todos esses importantíssimos avanços na seara do Direito Processual Civil, o Direito Processual Penal também mereça, do legislador, uma reforma profunda, pois seu atraso é clamoroso.

## 2. Alterações nos Procedimentos Especiais

Dentro do conjunto de leis revisoras do Código de Processo Civil, editadas em 13.12.94, foi a Lei 8.951 que afetou dispositivos contidos no Livro IV do CPC, relativo aos chamados Procedimentos Especiais. Registre-se que ela passou a vigorar na data mesma de sua publicação (14.12.94), ao passo que as outras, as Leis 8.950, 8.952 e 8.953, só entraram em vigor sessenta dias após (portanto, em 12.2.95).

Os únicos procedimentos alterados foram o da ação de consignação em pagamento e o da ação de usucapião de terras particulares.

Passamos, então, a relacionar as alterações operadas pela Lei 8.951 no corpo

do Código de Processo Civil, elencando todos os dispositivos dos procedimentos alterados, mesmo os que não foram mudados, para que se tenha uma noção geral de como cada um deles ficou, mas destacando em negrito os pontos do texto suprimidos ou modificados. Após cada artigo, traçaremos breves comentários.

### 3. Modificações no Procedimento da Ação de Consignação em Pagamento

O procedimento da ação de consignação em pagamento mereceu uma revisão completa, que o renovou significativamente para melhor.

Foram introduzidas, basicamente, quatro grandes inovações:

a) uma, consistente na criação de um procedimento extrajudicial optativo de consignação, quando se tratar de dívida

de dinheiro e se souber quem é e onde está o credor.

b) três no procedimento judicial:

b1) o fim da audiência de oblação;

b2) a permissibilidade de levantamento do depósito na hipótese de alegação de insuficiência deste, liberando-se parcialmente o devedor, para que a lide prossiga só quanto ao valor remanescente; e

b3) deu-se à consignatória, quando a discussão girar igualmente a respeito do montante do depósito, efeito dúplice, permitindo — se reconhecida a insuficiência do valor depositado, na sentença — a execução desta, evidentemente manejada em sentido contrário, nos mesmos autos, no tocante ao *quantum* dessa diferença. Fizeram-se, ademais, diversos melhoramentos e a correção de algumas atecnias presente nos dispositivos alterados.

Observe-se:

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
Art. 890. Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida.	Art. 890. Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida.
	§ 1.º Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o devedor ou terceiro optar pelo depósito da quantia devida, em estabelecimento bancário oficial, onde houver, situado no lugar do pagamento, em conta com correção monetária, cientificando-se o credor por carta com aviso de recepção, assinado o prazo de dez dias para manifestação de recusa.
	§ 2.º Decorrido o prazo referido no parágrafo anterior, sem a manifestação de recusa, reputar-se-á o devedor liberado da obrigação, ficando à disposição do credor a quantia depositada.
	§ 3.º Ocorrendo a recusa, manifestada por escrito ao estabeleci-

**mento bancário, o devedor ou terceiro poderá propor, dentro em trinta dias, a ação de consignação, instruindo a inicial com a prova do depósito e da recusa.**

**§ 4.º Não proposta a ação no prazo de parágrafo anterior, ficará sem efeito o depósito, podendo levantá-lo o depositante.**

O antigo art. 890 foi preservado integralmente, passando a constituir o *caput* do novo dispositivo, ao qual foram acrescentados quatro parágrafos, que contêm o maior número de inovações no procedimento.

O § 1.º institui a primeira grande novidade, de inspiração européia, mais especificamente italiana, consoante informa Cândido Rangel Dinamarco, a saber: a possibilidade (*rectius*, opção) de fazer uma *consignação extrajudicial*, ainda que somente para as obrigações *em dinheiro*.

A respeito, há uma observação importantíssima de Francisco Cavalcanti, quanto a efeitos materiais dessa regra, pois o Código Civil, em seu art. 972 consagra que o depósito *judicial* extingue a obrigação. A partir de agora, esse dispositivo do *jus civile* há de ser temperado pela novel estatuição processual.

Imprescindível fazer referência, ainda, às meditações de J. E. Carreira Alvim a respeito da consignação extrajudicial, aderindo, em linha de princípio, a seu pensamento, segundo o qual esse verdadeiro método *parajudicial* de pacificação social poderia ter sido instituído não apenas como opção, mas como condição de procedibilidade de qualquer ação consignatória, desafogando ainda mais o Judiciário. No entanto, não posso condenar a prudência do legislador, seja porque a via bancária somente se presta para consignar o pagamento de obrigações em dinheiro, e isso quando se sabe quem

é e onde está o credor, seja porque efetivamente — isso, a bem da verdade, o autor ora citado reconhece — nossa sociedade ainda não está acostumada a esses meios alternativos. O futuro, todavia, aponta, sem dúvida, nessa direção.

O depósito dever ser feito em *banco oficial*, isto é, empresa pública ou sociedade de economia mista, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, etc. (Cavalcanti, com precisão diz que tal conceito se obtém em oposição ao conceito de banco privado, espécie do gênero instituição financeira privada, a teor da Lei 4.595/64, arts. 22 e ss.), *onde houver* — em não havendo, pode ser em banco particular, penso, com a maioria da doutrina, exceção talvez de Sérgio Bermudes — situado no *lugar do pagamento*. Esta última expressão há de ser entendida como equivalente a Comarca, pois, como explica Bermudes, o consignado teria de ir à sede do Juízo se o depósito fosse judicial. Mas para J. J. Calmon de Passos o lugar da consignação extrajudicial pode ser um (o do pagamento) e o da judicial ser outro (o foro de eleição), a não ser que as partes hajam pactuado diversamente.

O Banco e seus agentes, dessarte, passam a ser auxiliares extravagantes da Justiça, como quer Arlindo Feriani.

A importância há de ser consignada em conta *com correção monetária* (Calmon de Passos prefere *com os rendimentos de praxe*). Alguns autores como

Dinamarco e Humberto Theodoro Jr. entendem que há necessidade de regulamentação do Banco Central; penso o mesmo, mas os bancos já estão admitindo tais depósitos, através de normatização própria, e é bom que assim seja, pois isso mostra que a própria sociedade, acatando a norma processual como auto-aplicável, já começou a abrir, caminhando, seu próprio caminho para alcançar, através desse verdadeiro modo alternativo de resolução de conflitos, a pacificação que, valendo-se da jurisdição tradicional, tardaria mais em obter. Carreira Alvim, por sinal, noticia a expedição de instrução, nesse sentido, pela Caixa Econômica Federal (CI DECAP/DETEN 049/95), e há informação de que o Banco do Brasil já procedeu de modo similar.

O dispositivo determina que, do depósito, cientifique-se o credor por carta com AR — aviso de recebimento. Entendi inicialmente, com Bermudes, que tanto o depositante como o banco, se oferecer tal serviço, podem expedir essa carta. Já Calmon de Passos pensa que só o devedor. Antônio Cláudio da Costa Machado acha que só o banco, no mesmo sentido de Carreira Alvim. Este teme que, expedida pelo devedor, possa haver margem a fraudes (v.g., envio de carta vazia, ficando o credor sem saber de que se tratava, ao passo que o devedor fraudulento teria em mãos um AR como prova em seu favor). Rendo-me ao argumento.

De qualquer modo, em face da necessidade de emissão ao credor de carta com aviso de recebimento, vê-se que, logicamente, só quando se souber o endereço do consignado é que se pode fazer uso da consignação extrajudicial, ao passo que a judicial pode ser usada mesmo quando não se souber quem é o credor.

A cientificação do credor assina-lhe prazo de dez dias para manifestação da recusa. Esse prazo conta-se do recebimento da carta. Machado, no entanto, acha que é da devolução do AR.

Esses atos da consignação extrajudicial (cientificação do depósito, recusa), para Calmon de Passos — que nesse ponto me parece em posição singular na doutrina — devem ser motivados, ainda que sumariamente.

O § 2.º dispõe sobre o *efeito liberatório do depósito*, não havendo recusa, caso em que ficará à disposição do credor, não mais podendo o depositante levantá-lo.

O § 3.º cuida da hipótese de recusa, assinando prazo de trinta dias para a propositura da ação, nessa hipótese. Tal prazo conta-se da ciência, pelo depositante, da recusa do credor. Machado considera que é do recebimento da recusa pelo banco.

A comunicação da recusa do devedor, indubitavelmente, deve dirigir-se ao banco, e não ao devedor; mas será salutar, como ensina Calmon de Passos, que se remeta a este uma cópia dela.

Esse prazo não deve incidir sobre as ações propostas por quem não optou pelo sistema prévio extrajudicial, conforme Felicíssimo Sena, o que me parece correto, pois pensar o contrário seria entender obrigatória a tentativa de consignação extrajudicial antes da propositura da judicial, o que não é o objetivo do legislador, que apenas pretendeu oferecer às partes uma alternativa a esta última. Aliás, um condicionamento desse jaez seria mesmo inconstitucional, porque feriria o princípio do amplo acesso ao Judiciário.

Mas, se houve o intento de consignar extrajudicialmente, malgrado, em virtude de recusa do credor, e o devedor perder o trintídio para a propositura da ação, o que fazer? Há quem imagine, como Cavalcanti, que, sendo a consignação extrajudicial facultativa, se o devedor ou interessado *preferiu* utilizá-la, em vez de ir logo a Juízo, tem de observá-la os prazos.

Roberto Eurico Schmidt Jr. acha que, na referida hipótese, basta que promo-

va novo depósito, agora judicial, seguindo-se ulteriormente os trâmites respectivos. Dinamarco diz que a locução *ficando sem efeito o depósito* após os trinta dias, deve-se ter por não escrita, e a limitação temporal é absolutamente inócua. Carreira Alvim, apesar de dar sentido à locução, afirmando que ela apenas significa que o depósito perde o efeito de estar, extrajudicialmente, à disposição do credor — o que me parece melhor solução, atendendo-se ao princípio de hermenêutica, segundo o qual a lei não contém palavras inúteis — também não vê problema no ingresso com a ação após os trinta dias. Explica que tal prazo foi estabelecido, tão-somente, para que não se estendes-se, além do razoável, uma situação provisória criada pelo depósito, que pode até vir a ser corroído, se reajustado por correção monetária inferior à inflação real. Em economia estável sequer existirá o problema.

Com todo respeito pelas opiniões em contrário, não acho admissível restringir o acesso à Justiça, violando princípio magno, de assento constitucional. Fico, conseqüentemente, ao lado das posições mais liberais dentre as acima citadas. Se é necessário fazer novo depósito judicial, ou até apenas complementar em

juízo um depósito extrajudicial hipoteticamente defasado, não importa. O Judiciário analisará cada caso concreto, como bem coloca Calmon de Passos.

A maior discussão doutrinária ao redor desse assunto é sobre a possibilidade de o devedor levantar o depósito antes de propor a ação. Evidente que, se deseja fazê-lo, não deve levantar o depósito, mas talvez precise fazê-lo (como na situação alvitada linhas atrás, em que perdeu o prazo para propositura, e necessita do dinheiro, dessa feita para depósito judicial). Todavia, não havendo recusa, penso que o consignante não pode proceder ao levantamento. Em quaisquer outras hipóteses sim, desde que arque com os resultados que disso podem decorrer, especialmente para a apreciação de sua pretensão em Juízo, se a tanto chegar. O ideal é que não o levante, pelo menos durante os trinta dias em que está à disposição do credor, porque se o fizer será quase que fatalmente prejudicado. Ainda assim, pode haver casos gritantes em que surjam justificativas plausíveis para seu proceder.

A essas e a muitas outras dúvidas que povoam os estudos até agora feitos sobre o tema — por exemplo: aplica-se ao processo do trabalho? (penso que sim) — o tempo e a jurisprudência que há de se formar sobre os casos concretos ajudarão a esclarecer.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
<p>Art. 891. Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, tanto que se efetue o depósito, os juros e os riscos, salvo se for julgada improcedente.</p> <p>Parágrafo único. Quando a coisa devida for corpo que deva ser entregue no lugar em que está, poderá o devedor requerer a consignação no foro em que ela se encontra.</p>	<p>Art. 891. Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, tanto que se efetue o depósito, os juros e os riscos, salvo se for julgada improcedente.</p> <p>Parágrafo único. Quando a coisa devida for corpo que deva ser entregue no lugar em que está, poderá o devedor requerer a consignação no foro em que ela se encontra.</p>

O dispositivo permaneceu inalterado.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
Art. 892. Tratando-se de prestações periódicas, uma vez consignada a primeira, pode o devedor continuar a consignar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que os depósitos sejam efetuados até cinco (5) dias, contados da data do vencimento.	Art. 892. Tratando-se de prestações periódicas, uma vez consignada a primeira, pode o devedor continuar a consignar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que os depósitos sejam efetuados até cinco (5) dias, contados da data do vencimento.

Igualmente, esse dispositivo não sofreu alteração.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
Art. 893. Na petição inicial o autor requererá a citação do réu para em lugar, dia e hora determinados, vir ou mandar receber a quantia ou a coisa devida, sob pena de ser feito o respectivo depósito.	Art. 893. O autor, na petição inicial, requererá: <b>I — o depósito da quantia ou da coisa devida, a ser efetivado no prazo de cinco dias contados do deferimento, ressalvada a hipótese do § 3.º do art. 890;</b> <b>II — a citação do réu para levantar o depósito ou oferecer resposta.</b>

O antigo art. 893 foi desdobrado num *caput* com dois incisos. Pelo primeiro, o mais importante, acaba a chamada audiência de oblação, cuja utilidade, na prática, somente se prestava a procrastinações; conforme o segundo, dá-se ao réu a alternativa de levantar o depósito —

total ou parcialmente, conforme se verá adiante — ou oferecer resposta — e resposta, na linguagem do Código (arts. 297/318) não é somente contestação, mas também exceção e reconvenção. Antes da reforma, apenas a contestação estava prevista explicitamente (art. 896).

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
Art. 894. Se o objeto da prestação for coisa indeterminada e a escolha couber ao credor, será este citado para exercer o direito dentro de cinco (5) dias, se outro prazo não constar de lei ou do contrato, ou para aceitar que o devedor o faça, devendo o juiz, ao despachar a petição inicial, fixar lugar, dia e hora em que se fará a entrega, sob pena de depósito.	Art. 894. Se o objeto da prestação for coisa indeterminada e a escolha couber ao credor, será este citado para exercer o direito dentro de cinco (5) dias, se outro prazo não constar de lei ou do contrato, ou para aceitar que o devedor o faça, devendo o juiz, ao despachar a petição inicial, fixar lugar, dia e hora em que se fará a entrega, sob pena de depósito.



O dispositivo citado restou inalterado.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
Art. 895. Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento, o autor requererá o depósito e a citação dos que o disputam para provarem o seu direito.	Art. 895. Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento, o autor requererá o depósito e a citação dos que o disputam para provarem o seu direito.

Mais uma regra sem alteração. Registre-se, conforme já comentado antes, que a hipótese normativa desse dispositivo é inaplicável à consignação extrajudicial,

porque não se pode imaginar que os possíveis credores comparecessem a um banco para ali tentarem provar seu direito.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
Art. 896. A contestação <b>será oferecida no prazo de dez (10) dias, contados da data designada para o recebimento</b> , podendo o réu alegar que: I — não houve recusa ou mora em receber a quantia ou coisa devida; II — foi justa a recusa; III — o depósito não se efetuou no prazo ou no lugar do pagamento; IV — o depósito não é integral.	Art. 896. Na contestação, o réu poderá alegar que: I — não houve recusa ou mora em receber a quantia ou coisa devida; II — foi justa a recusa; III — o depósito não se efetuou no prazo ou no lugar do pagamento; IV — o depósito não é integral. <b>Parágrafo único. No caso do inciso IV, a alegação será admissível se o réu indicar o montante que entende devido.</b>

Pelo dispositivo suso transcrito, desaparece a referência ao prazo de 10 (dez) dias para contestar, do antigo *caput*. Consequentemente, o prazo passa a ser o de 15 (quinze) dias, do procedimento ordinário, à luz do art. 272, parágrafo único do Código.

O elenco dos incisos — que repetem os da norma velha — evidentemente, não é absoluto: certamente o réu pode alegar, em sua defesa, matéria processual, como aquela prevista no art. 301 do Código, e tudo quanto for afeto a pressupostos processuais e condições da ação, bem como prescrição, decadência, fatos extintivos, modificativos ou impeditivos

do direito do autor (art. 333, II) pois aceitar conclusão diferente implicaria amputar o juízo de admissibilidade na ação consignatória ou a amplitude de defesa garantida ao réu constitucionalmente, além de evitar que chegassem ao conhecimento do Julgador vícios ou nulidades essenciais, que depois tornariam inútil a atividade processual despendida.

Apenas, foi incluído um parágrafo único que obriga o réu a dizer qual o montante devido, na hipótese de alegar insuficiência de depósito, medida, aliás, de todo elogiável, porque a alegação do inciso IV, feita, como antes podia ser, de modo vago,

ensejava possibilidades de procrastinação que agora se procurou evitar.

Pena que, em vez da introdução do parágrafo, não se tenha feito, em nome da concisão, uma mera alteração na re-

dação do referido inciso, que poderia ter sido redigido assim: “IV — o depósito não é integral, caso em que o réu terá de indicar o montante que entende devido”. Isso, todavia, é de somenos importância.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
<p>Art. 897. Não sendo oferecida contestação <b>dentro do prazo</b>, o juiz julgará procedente o pedido, declarará extinta a obrigação e condenará o réu no pagamento das custas e honorários advocatícios.</p> <p><b>Parágrafo único. Proceder-se-á do mesmo modo se o credor receber e der quitação.</b></p>	<p>Art. 897. Não oferecida a contestação, <b>e ocorrentes os efeitos da revelia</b>, o juiz julgará procedente o pedido, declarará extinta a obrigação e condenará o réu nas custas e honorários advocatícios.</p>

O dispositivo foi modificado, em seu *caput*, com um acréscimo, a fim de clarificar que a mera ausência de contestação não é suficiente para a procedência da ação. É preciso que se dêem os efeitos da revelia. Ou seja, a presunção dos arts. 297 e 319, primeira parte, somente ocorre se não acontecer nenhuma das hipóteses do art. 320.

Alerte-se, no entanto, que, mesmo na presença dos efeitos da revelia — que só atingem os fatos — podem surgir questões de direito que impeçam a procedência da ação, como, por exemplo, ausência de pressupostos processuais ou de condições da ação, que levam à extinção do feito, além de prescrição, decadência, renúncia, transação e um imenso etc. que poderão conduzir o julgamento a outra direção.

Desapareceu o parágrafo único, que

perdeu sentido em face do fim da audiência de oblação.

Um aspecto curioso, do ponto de vista processual, é a natureza jurídica da sentença de procedência da ação de consignação em pagamento. Apesar de a lei falar em *declarar* extinta a obrigação, há quem pense que, apesar desse verbo, ela não é uma sentença meramente declaratória, e sim constitutiva, especificamente constitutiva negativa, isto é, desconstitutiva, porque extingiria a obrigação. Não. A lei usou o verbo próprio. Quem extingue a obrigação é o depósito, através do qual se dá o adimplemento. A sentença apenas declara que o depósito produziu tal efeito. Trata-se, por conseguinte, de sentença declaratória do efeito desconstitutivo do depósito, como afirma, com a precisão de sempre, o exímio Antonio Carlos Marcatto.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
<p>Art. 898. Quando a consignação se fundar em dúvida sobre quem deva legitimamente receber, não comparecendo nenhum pretendente, converter-se-á o depósito em arrecadação de</p>	<p>Art. 898. Quando a consignação se fundar em dúvida sobre quem deva legitimamente receber, não comparecendo nenhum pretendente, converter-se-á o depósito em arrecadação de</p>

bens de ausentes; comparecendo apenas um, o juiz decidirá de plano; comparecendo mais de um, o juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os credores; caso em que se observará o procedimento ordinário.

bens de ausentes; comparecendo apenas um, o juiz decidirá de plano; comparecendo mais de um, o juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os credores; caso em que se observará o procedimento ordinário.

Mais um dispositivo que não foi alterado. Recorde-se que ele trata de uma hipótese de consignação que não se pres-

ta, como antes já foi dito, à modalidade extrajudicial.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
Art. 899. Quando na contestação o réu alegar que o depósito não é integral, é lícito ao autor completá-lo, dentro em dez (10) dias, salvo se corresponder a prestação, cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato.	Art. 899. Quando na contestação o réu alegar que o depósito não é integral, é lícito ao autor completá-lo, dentro em dez (10) dias, salvo se corresponder a prestação, cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato. <b>§ 1.º Alegada a insuficiência do depósito, poderá o réu levantar, desde logo, a quantia ou coisa depositada, com a conseqüente liberação parcial do autor, prosseguindo o processo quanto à parcela controvertida.</b> <b>§ 2.º A sentença que concluir pela insuficiência do depósito determinará, sempre que possível, o montante devido e, neste caso, valerá como título executivo, facultado ao credor promover-lhe a execução nos mesmos autos.</b>

O antigo art. 899 foi preservado como *caput* do novo dispositivo, ao qual se acrescentaram dois parágrafos.

O § 1.º contém uma das mais importantes inovações introduzidas, a da possibilidade de levantamento do depósito, pelo réu, na hipótese de este fazer alegação de sua insuficiência, liberando-se parcialmente o devedor, para que pros-

siga o processo só quanto ao valor remanescente.

O § 2.º contém a última das grandes mudanças normativas em matéria de consignatória, que é o seu efeito dúplice.

Entenda-se, porém, que esse efeito dúplice não é exatamente igual àquele que se observa, por exemplo, nas possessórias, onde se admite que a defesa conte-

nha um contra-ataque, isto é, a manifestação, por parte do réu contra o autor, de pretensão — e, conseqüentemente, de pedido — similar àquela apresentada por este contra aquele, dispensando-se, assim, o manejo da reconvenção.

Aqui o efeito dúplice há de ser entendido em termos, até porque o legislador, na mesma oportunidade que o instituiu, abriu ao réu a possibilidade de valer-se, em ação consignatória, da reconvenção (veja-se o comentário feito às alterações ao art. 893, supra).

A doutrina tem falado de efeito dúplice da consignação, porque essa ação, com a modificação em comento, passa a poder tutelar tanto a pretensão do autor de liberar-se da obrigação junto ao réu, como a deste, em obter do primeiro, o valor, além do depositado, a que considera fazer jus — ainda que não haja pedido seu, expresso nesse sentido, no pensar de Carreira Alvim, segundo o qual há aí jurisdição de ofício.

A sentença, final, então, no dizer de Calmon de Passos, será (em favor do autor) declaratória no tocante à eficácia liberatória do depósito, até o montante depositado, e (em favor do réu) condenatória no tocante ao que ainda for devido.

Nesse sentido é que entendo o efeito dúplice da consignatória. Mas se o réu, simplesmente, quiser afirmar que é ele quem deve ao autor, e pretender consignar em favor deste, penso que tem mesmo de usar a reconvenção, porque a duplicidade, *in casu*, não vai tão longe, isto é, não chega a proteger o direito de consignar de ambas as partes (ao contrário do que ocorre na possessória, que pode proteger o direito à posse de ambas), mas apenas dá a elas a possibilidade de resolver eficazmente o débito em consignação.

No tocante à execução — claro, proposta por quem foi réu na consignatória, e teve reconhecido em seu favor um

montante além do que foi depositado — é preciso ter cuidado com a redação do final desse § 2.º do art. 899, que há de ser submetido a uma interpretação lógica, sistemática e até teleológica, pois que a exegese meramente literal pode conduzir a enganos sérios.

Realmente. O dispositivo diz que a sentença, sempre que possível, determinará o montante devido e, *neste caso*, valerá como título executivo. Fica a impressão, por conseguinte, que só nesse caso (no caso de determinar o montante devido) é que valerá para fins de execução. Essa impressão deve ser afastada, por não se adequar aos princípios que informam o sistema jurídico-processual em vigor.

A sentença, nessa hipótese de depósito insuficiente, tem, como já foi dito, natureza condenatória. Toda sentença condenatória vale como título executivo judicial (art. 584, I). O que o legislador quis dizer, e infortunadamente não o fez de modo feliz, é que a sentença, se determinou o montante devido — em outras palavras, se é líquida — pode ser imediatamente executada.

Por certo, se não pôde determinar o montante devido — em suma, se é ilíquida — não deixará de valer como título executivo, mas simplesmente terá de ser liquidada (arts. 603/611, do Código), para que possa servir de base à execução.

Uma outra armadilha semântica está na frase *facultado ao credor promover-lhe a execução nos mesmos autos*. Essa faculdade não é a de promover a execução em outros autos, violando princípio que vale para todas as execuções de títulos judiciais. Só é lícito entender que o dispositivo alude à faculdade que o credor tem de promover ou não de promover a execução. Mas se o fizer, terá de ser nos mesmos autos, à vista do art. 589 e do 575, II do Código, registram Bermudes e outros.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
Art. 900. Aplica-se o procedimento estabelecido neste capítulo, no que couber, ao resgate do aforamento.	Art. 900. Aplica-se o procedimento estabelecido neste capítulo, no que couber, ao resgate do aforamento.

Dispositivo inalterado.

#### 4. Mudanças no Procedimento da Ação de Usucapião Comum

Diferentemente do procedimento da consignação em pagamento, que foi amplamente renovado, o da ação de usucapião de terras particulares (*rectius*, usucapião comum, ver comentário adiante, no item V deste trabalho), previsto no CPC, sofreu, praticamente, uma única modificação: o fim da audiência prévia de justificação de posse.

Dinamarco mostra bem que essa audiência, estranha e inútil, era mero resquício da processualística dos antigos códigos estaduais, sem razão que a amparasse. Ao contrário do que ocorre nos procedimentos possessórios — onde a audiência justificação existe porque é necessário dar ao julgador uma oportunidade cognitiva, ainda que superficial, dos fatos em litígio, já que há neles a possibilidade de concessão de medidas constritivas *initio litis* — aqui tal não era preciso, já que nenhuma medida liminar está prevista no procedimento de usucapião.

Tal mudança foi saudada como benéfica pela unanimidade da doutrina, se é que podem andar juntas expressões como unanimidade e doutrina. A propósito, Cavalcanti anota que, entre outros Adroaldo Furtado Fabrício e Theodoro Jr., falando sobre o direito anterior, defendiam a audiência de justificação prévia. Mas este último, escrevendo sobre a mudança, parece também ter mudado de opinião, condenando a indigitada audiência por sua irrelevância prática e pelos nocivos embaraços processuais que causava.

Em verdade, a audiência, *in casu*, servia apenas para atrasar o processo.

No entanto, era essa audiência a única coisa que diferenciava o procedimento da ação de usucapião do procedimento comum ordinário, pois o restante do rito sempre foi idêntico.

A supressão em tela, por conseguinte, tornou a ação de usucapião, quanto ao seu aspecto procedimental, uma ação ordinária (Cavalcanti prefere dizer, com apuro, que houve uma ordinarização procedimental), e todos os dispositivos a respeito dela poderiam ter sido suprimidos, bastando se combinar aqueles do direito material, referentes ao usucapião, com os do Código de Processo Civil, tocantes ao procedimento comum ordinário.

A reforma, no entanto, manteve o procedimento da ação de usucapião no Livro IV do CPC, dentre aqueles procedimentos especiais de jurisdição contenciosa (mas na verdade, insisto, ele agora passou a ser um procedimento comum), possivelmente para não alterar a estrutura do Código — a comissão revisora timbrou, mesmo, em preservar a própria disposição dos artigos existentes, como explica o Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira — e talvez porque, como quer o sempre magistral Dinamarco, o Livro do IV do Estatuto Processual Civil é mais um quadro normativo de tutelas específicas, impregnado dos pressupostos de direito material de cada uma — Walter Nunes Jr., aliás, sempre destacou aspectos de direito material presentes nas leis processuais de dezembro — que propriamente uma coleção de procedimentos.

Estou inteiramente de acordo. Não posso, no entanto, deixar de lembrar o

Professor José Taumaturgo da Rocha, para quem esse conjunto de procedimentos ou, como se queira, tutelas, alinhados no Livro IV do Código de Processo Civil tem um quê de catálogo das *legis actiones* disponíveis, meio deslocado num código que, afinal, adotou uma das modalidades da teoria abstrata da ação.

Entenda-se: não critico as referências jurídico-materiais no processo, até porque só o enxergo como instrumento. O que não me agrada é uma certa promiscuidade de conceitos — entre ação, processo, procedimento e o próprio direito

material — ainda que não explícita, cada vez que se diz ou se lê ação disso, ação daquilo etc.

E toda a doutrina séria e atualizada — por isso mesmo, a que não quer o processo isolado da realidade jurídica material — nota o excessivo número de procedimentos especiais existente entre nós, tanto no Código como fora dele, em leis especiais. Certamente essa não é uma situação ideal.

Mas já é tempo de encerrar essa digressão, que se alonga em demasia, voltando ao exame das alterações do procedimento da ação de usucapião:

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
Art. 941. Compete a ação de usucapião ao possuidor para que se lhe declare, nos termos da lei, o domínio do imóvel ou a servidão predial.	Art. 941. Compete a ação de usucapião ao possuidor para que se lhe declare, nos termos da lei, o domínio do imóvel ou a servidão predial.

Dispositivo sem modificação.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
<p>Art. 942. O autor, expondo na petição inicial o fundamento do pedido e juntando planta do imóvel, requererá:</p> <p><b>I — a designação de audiência preliminar, a fim de justificar a posse;</b></p> <p>II — a citação <b>pessoal</b> daquele em cujo nome esteja <b>transcrito</b> o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos <b>réus ausentes, incertos e desconhecidos</b>, observado quanto ao prazo o disposto no art. 232, item IV.</p> <p>§ 1.º A citação prevista no n. II deste artigo valerá para todos os atos do processo.</p> <p>§ 2.º Serão <b>cientificados por carta</b>, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado, do Distrito Federal, do Território e do Município.</p>	<p>Art. 942. O autor, expondo na petição inicial o fundamento do pedido e juntando planta do imóvel, requererá a citação daquele em cujo nome estiver <b>registrado</b> o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos <b>réus em lugar incerto e dos eventuais interessados</b>, observado quanto ao prazo o disposto no inciso IV do art. 232.</p>

O antigo art. 942, constante de um *caput*, dois incisos e dois parágrafos foi resumido num dispositivo singelo, aproveitando-se o texto da cabeça, suprimindo-se o teor do antigo inciso I e anexando-se àquela o antigo inciso II, com redação melhorada.

Substituiu-se *réus ausentes, incertos e desconhecidos, por réus em lugar incerto e dos eventuais interessados*. Réus incertos eram... todas as pessoas! A jurisprudência já havia dispensado curadores especiais para essas almas penadas. Agora só há edital se os verdadeiros réus (aqueles em cujo nome o imóvel está transcrito, e os confinantes) estiverem

em lugar incerto. Os eventuais interessados são quaisquer pessoas que possam ter interesse na causa. Se comparecerem, serão *opoentes*.

Não se deveria ter falado em citação destes últimos, mas em sua *intimação*.

Tais as lições de Dinamarco, na condição de mais categorizado representante da doutrina sobre o tema.

O antigo § 1.º do art. 942, com a queda da audiência de justificação, perdeu o sentido.

E o § 2.º foi deslocado para ser o novo art. 943, com melhora de redação, substituindo-se *cientificados por carta por intimados por via postal*.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
<p><b>Art. 943. O prazo para contestar a ação correrá da intimação da decisão que declarar justificada a posse.</b></p> <p>Parágrafo único. Observar-se-á o procedimento ordinário.</p>	<p>Art. 943. Serão intimados por via postal, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</p>

O antigo art. 943 foi suprimido, porque, igualmente, com o fim da audiência de justificação, ficou sem sentido. O novo é o antigo § 2.º do ex-art. 942, com redação melhorada, conforme dito no comentário anterior.

Bermudes diz que o parágrafo único do velho art. 943 permanece em vigor, embora algo ociosamente, diante do parágrafo único do art. 272 e do princípio, que ele consagra. *Data venia* dessa afirmação, a Lei 8.951/94 suprimiu o parágrafo único do art. 943 do CPC, que determinava observar-se o procedimento ordinário na ação de usucapião. Não obstante, esse é o procedimento a ser

observado, em virtude da aplicação do parágrafo único que foi acrescentado ao art. 272 do Código, pela Lei 8.952/94.

Aliás, mesmo que inexistisse o último dispositivo citado (situação que ocorreu no período entre 14.12.94, data da vigência da Lei 8.951/94, que suprimiu o parágrafo único do art. 943, e 12.2.95, data da vigência da Lei 8.952, que introduziu o parágrafo único do art. 272) o procedimento teria de ser o comum ordinário, pelo simples desaparecimento da audiência de justificação de posse — único aspecto do procedimento da ação de usucapião que o fazia *especial*, conforme já demonstramos.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
<p>Art. 944. Intervirá obrigatoriamente em todos os atos do processo o Ministério Público.</p>	<p>Art. 944. Intervirá obrigatoriamente em todos os atos do processo o Ministério Público.</p>

Dispositivo inalterado.

<i>Texto anterior</i>	<i>Texto atual</i>
Art. 945. A sentença, que julgar procedente a ação, será transcrita, mediante mandado, no registro de imóveis, satisfeitas as obrigações fiscais.	Art. 945. A sentença, que julgar procedente a ação, será transcrita, mediante mandado, no registro de imóveis, satisfeitas as obrigações fiscais.

Dispositivo também sem alteração.

### 5. Aplicação das Inovações ao Procedimento da Ação de Usucapião Especial

Antes de encerrar este trabalho, cumpre-me tratar de uma última questão, referente ao tema, levantada pelos doutos Edilson Pereira Nobre Jr. e o já citado Nunes Jr., referente à aplicabilidade da modificação procedimental da ação de usucapião regida pelo Código (literalmente, usucapião de terras particulares), àquela regulada pela Lei 6.969, de 10.12.81 (usucapião especial).

Quero registrar que não encontrei nada na doutrina sobre esse tema específico. Jurisprudência ainda não há. Por conseguinte, ao enfrentá-lo aqui, arrisco-me a um posicionamento que talvez não venha a prevalecer.

Não posso, entretanto, furtar-me a dar minha opinião, por desvaliosa que seja, o que passo a fazer.

Primeiramente, é ocioso dizer que o usucapião, a partir da Constituição de 1988, só pode incidir sobre terras particulares, já que se estabeleceram dispositivos constitucionais — dois, absolutamente idênticos (CF, arts. 183, § 3.º, e 191, parágrafo único) — imunizando os imóveis públicos contra essa modalidade de aquisição.

Ficou, assim, um pouco sem sentido o título dado ao procedimento do Código, porque dá a impressão que haveria um usucapião de terras públicas, que inexistente.

Mas antes da atual Carta Magna, à época da edição do CPC, essa possibilidade não estava descartada, tanto que a já mencionada Lei 6.969/81, a previa, em seu art. 2.º, incluindo no alcance do usucapião especial as terras devolutas, que são públicas.

A Lei 8.951/94 talvez devesse ter atentado para esse detalhe, e alterado o *nomen juris* do procedimento em causa (Capítulo VII do Título I do Livro IV do Código de Processo Civil) que poderia ter passado a ser Da Ação de Usucapião Comum, pois efetivamente é esse gênero de usucapião que tais normas procedimentais regem, e que no direito material tem origem normativa no Código Civil (arts. 550/553), sendo que a doutrina reconhece-lhe duas espécies, o usucapião comum *ordinário* (CC, art. 551), e o usucapião comum *extraordinário* (CC, art. 550).

A Lei 6.969 trata, material e processualmente (melhor, procedimentalmente) do usucapião chamado *especial*, de assento normativo constitucional (CF, art. 191). Embora a ementa desse diploma fale apenas em imóveis *rurais*, o usucapião especial *urbano*, previsto igualmente na Constituição (art. 183), posterior à lei, tem sido submetido, à luz da doutrina e da jurisprudência, a seus ditames.

O procedimento previsto por essa lei, a partir do seu art. 5.º, é, basicamente, o sumaríssimo, do Código (arts. 275 e ss. agora, com a alteração do art. 272, me-



lhora chamá-lo *sumário*), acrescido da possibilidade de uma audiência preliminar de justificação de posse.

Ora, ao estabelecê-lo, parece claro, tendo em mente a interpretação sistemática, que o legislador procurou um paralelismo com o rito então vigente no Código para o usucapião comum, que, como sabemos, era basicamente o rito ordinário precedido também de uma audiência de justificação de posse. Assim:

a) CPC — usucapião comum — rito ordinário com justificação de posse;

b) Lei 6.969 — usucapião especial — rito sumário com justificação de posse.

Pois bem: com a modificação trazida pela Lei 8.951, caiu, para o usucapião comum, do Código, a audiência de justificação de posse. A lei reformadora, infelizmente, não mudou a Lei 6.969 nesse particular.

Numa visão puramente literal, o procedimento previsto na Lei 6.969 para o usucapião especial permanece inalterado — rito sumário com justificação de posse, porque, afinal, é um rito especial extracódigo, que não foi objeto de modificação legislativa. E não obstante o fato de as disposições do Código de Processo Civil terem aplicação subsidiária a todas as leis processuais extravagantes, prevaleceria o princípio da especificidade, nesse caso.

Desse jeito, porém, o paralelismo supra-referido, buscado pelo legislador, em termos de ordenamento processual geral do usucapião, desaparece, fica capenga.

Mas — volto a repisar — a boa aplicação do direito cada vez mais exige uma apreciação que leve em conta o sistema jurídico como um todo, a sua lógica global e a finalidade de seus institutos.

E nesse diapasão, raciocino: no usucapião comum, que pressupõe requisitos temporais mais dilatados, e para o qual se estabelecia um procedimento semi-ordinário, com as mais largas possibilidades de defesa e produção probatória, viu-se que era inútil a audiência prévia de justificação de posse, uma vez que não havia possibilidade (ou a havia re-

mota) de causação de causar dano à outra parte (diferentemente do que se dá nas possessórias, onde tal audiência existe para que o julgador se firme para a possibilidade de concessão de uma liminar de reintegração ou manutenção, que, ao menos provisoriamente, põe uma parte no gozo da posse, e exclui a outra), o legislador excluiu tal audiência, ordinarizando, de vez, o procedimento.

Por que, então, manter, no usucapião especial, cujos requisitos temporais são menores, e para o qual se atribuiu um procedimento semi-sumaríssimo, portanto com possibilidades mais estreitas de defesa e produção probatória, essa mesma audiência, igualmente inútil, porque igualmente insuscetível de gerar dano à outra parte?

Esses procedimentos, tanto o de usucapião comum, do Código, como o do usucapião especial, da Lei 6.969, são expressões da tutela jurídica da aquisição de propriedade imóvel pelo decurso do tempo aliado a outros requisitos.

Ou seja, ambos os procedimentos regem a marcha dos processos através dos quais, mediante a ação, alguém pede à jurisdição a tutela do direito material de usucapião. Não são tais procedimentos, por conseguinte, entidades estanques: há profunda analogia entre eles, não se podendo admitir que, na modalidade mais ligeira, se tenha de atender a um embaraço, a um estorvo (a famigerada audiência prévia de justificação de posse) que já foi abolida na modalidade mais lenta.

Não posso deixar de mencionar que, apesar do princípio da especificidade da Lei 6.969 como veiculadora de procedimento diverso dos previstos no Código, foi ela mesma que fez remissão a este, permitindo que se tempere o princípio em tela.

Entendo, portanto, que o procedimento do usucapião especial, descrito nos arts. 5.º e ss., da Lei 6.969/81, deve ser adaptado, pela jurisprudência, às modificações da Lei 8.951/94, decorrentes do fim da audiência de justificação de posse.

## 6. Conclusão

A maioria das modificações levadas a efeito pela nova legislação nos dispositivos do Código de Processo Civil, relativas aos procedimentos especiais (ações de consignação em pagamento, em maior grau, e usucapião) é francamente positiva.

Há dúvidas e questionamentos, em derredor dos quais a doutrina já se debate, e sobre que a jurisprudência, de início, certamente também há de vacilar, afinal as normas são novíssimas. O tempo, todavia, há de pacificar tudo, com as experiências concretas da vivência dessas regras jurídicas recém-editadas.

Não servem ao direito e à sociedade, a quem as normas se destinam, nem o entusiasmo exagerado com as mudanças, na ilusória suposição de que regras jurídicas consertarão o mundo e que o processo, a partir de agora será uma verdadeira maravilha; nem a reação, a crítica pela crítica, a condenação implacável das mínimas falhas, capaz de ensejar posicionamento contrário a movimento tão salutar de renovação.

O importante é compreender a mudança, preferencialmente em sua essência, que é a da evolução do Direito Processual Civil para aqueles horizontes mais amplos, menos burocráticos, de maior eficácia, a respeito dos quais falamos no início destas linhas, do que apegar-se a contravérsias formais.

Algum senão que possa ser encontrado, não retira os méritos de todos os processualistas de escol que se empenharam e continuam se empenhando nesse processo de renovação, tanto os de comissões pretéritas como da mais recente — a quem homenagem na pessoa do Min. Sálvio de Figueiredo, para evitar omissões — enfrentando, muitas vezes, o misoneísmo desarrazoado e as incompreensões de muitos.

As próprias imperfeições que porventura haja nos dispositivos alterados, ou omissões que se faça mister suprir, são importantes na medida em que chamam a todos os operadores jurídicos a missão de construir em processo mais participa-

tivo, voltado à efetivação do direito e aos compromissos axiológicos de menor custo e maior rapidez, acessibilidade ampla à sociedade, e — por que não dizer — realização da Justiça.

## Bibliografia Específica

- BARROS, Raimundo Gomes de, *Alterações no Código de Processo Civil*, Edição do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Brasilcon/PE, Recife, 1995, pp. 49-54.
- BERMUDES, Sérgio, *A Reforma do Código de Processo Civil*, 1.<sup>a</sup> ed., 2.<sup>a</sup> tiragem, Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1995.
- CALMON DE PASSOS, J. J., *Inovações no Código de Processo Civil*, 2.<sup>a</sup> ed., Forense, Rio de Janeiro, 1995.
- CARREIRA ALVIM, J. E., *Código de Processo Civil Reformado*, Del Rey, Belo Horizonte, 1995.
- CAVALCANTI, Francisco, *Inovações no Processo Civil*, Del Rey, Belo Horizonte, 1995.
- DINAMARCO, Cândido Rangel, *A Reforma do Código de Processo Civil*, 2.<sup>a</sup> ed., revista e ampliada com a disciplina do agravo, Malheiros, S. Paulo, 1995.
- FERIANI, Luis Arlindo, *Breves Anotações às Recentes Alterações do Código de Processo Civil*, 2.<sup>a</sup> ed., E. V. Editora, Campinas, 1995.
- PAULA, Adriano Perácio de; BARBI, Celso Agrícola; THEODORO JR., Humberto; TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo; et CARREIRA ALVIM, J. E., *Modificações no CPC*, Del Rey, Belo Horizonte, 1995.
- MACHADO, Antônio Cláudio da Costa, *A Reforma do Processo Civil Interpretada Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo*, Saraiva, S. Paulo, 1995, pp. 105-114.
- SCHIMIDT JR., Roberto Eurico, *O Novo Processo Civil*, Juruá, Curitiba, 1995.
- SENA, Felicíssimo, *Comentários às Inovações do Código de Processo Civil*, Del Rey, Belo Horizonte, 1995.
- THEODORO JR., Humberto, *As Inovações no Código de Processo Civil*, 3.<sup>a</sup> ed., Forense, Rio de Janeiro, 1995.